

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000416/2022  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/05/2022  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023086/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 13624.102027/2022-64  
DATA DO PROTOCOLO: 23/05/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND.DA CONSTR.DE ESTRADA, PA, CNPJ n. 04.325.091/0001-96, neste ato representado(a) por seu ;

E

CONSORCIO CONSTRUTOR SOLAR ALEX, CNPJ n. 36.499.875/0001-27, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2022 a 31 de março de 2023 e a data-base da categoria em 01º de abril.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Estradas; Pavimentação; Obras de Terraplanagem em geral e de Construções de Aeroportos, Barragens, Canais e Engenharia Consultiva, Gasoduto, Pontes, Portos, Obras de Saneamento, Termelétrica, Ferrovias, Hidrelétricas, Metrô, Montagens Industriais, Eclusas, Eólicas, Obras em Linhas de Transmissão Elétricas, Obras em Estádios de Futebol, Túneis, Aduanas, Viadutos, Consórcios, Concessionárias, Manutenção e Limpeza de Vias, Manutenção de Rodovias, Limpeza e Manutenção de Canais, com abrangência territorial em Abaiara/CE, Acarape/CE, Acaraú/CE, Acopiara/CE, Aiuaba/CE, Alcântaras/CE, Altaneira/CE, Alto Santo/CE, Amontada/CE, Antonina do Norte/CE, Apuiarés/CE, Aquiraz/CE, Aracati/CE, Aracoiaba/CE, Ararendá/CE, Araripe/CE, Aratuba/CE, Arneiroz/CE, Assaré/CE, Aurora/CE, Baixo/CE, Banabuiú/CE, Barreira/CE, Barro/CE, Barroquinha/CE, Baturité/CE, Beberibe/CE, Bela Cruz/CE, Boa Viagem/CE, Brejo Santo/CE, Camocim/CE, Campos Sales/CE, Canindé/CE, Capistrano/CE, Caridade/CE, Cariré/CE, Caririaçu/CE, Cariús/CE, Carnaubal/CE, Cascavel/CE, Catarina/CE, Catunda/CE, Caucaia/CE, Cedro/CE, Chaval/CE, Choró/CE, Chorozinho/CE, Coreaú/CE, Crateús/CE, Crato/CE, Croatá/CE, Cruz/CE, Deputado Irapuan Pinheiro/CE, Ererê/CE, Eusébio/CE, Farias Brito/CE, Forquilha/CE, Fortaleza/CE, Fortim/CE, Frecheirinha/CE, General Sampaio/CE, Graça/CE, Granja/CE, Granjeiro/CE, Groaíras/CE, Guaiúba/CE, Guaraciaba do Norte/CE, Guaramiranga/CE, Hidrolândia/CE, Horizonte/CE, Ibaretama/CE, Ibiapina/CE, Ibicuitinga/CE, Icapuí/CE, Icó/CE, Iguatu/CE, Independência/CE, Ipaporanga/CE, Ipaumirim/CE, Ipu/CE, Ipueiras/CE, Iracema/CE, Irauçuba/CE, Itaiçaba/CE, Itaitinga/CE, Itapajé/CE, Itapipoca/CE, Itapiúna/CE, Itarema/CE, Itatira/CE, Jaguaratama/CE, Jaguaribara/CE, Jaguaribe/CE, Jaguaruana/CE, Jardim/CE, Jati/CE, Jijoca de Jericoacoara/CE, Juazeiro do Norte/CE, Jucás/CE, Lavras da Mangabeira/CE, Limoeiro do Norte/CE, Madalena/CE, Maracanaú/CE, Maranguape/CE, Marco/CE, Martinópolis/CE, Massapê/CE, Mauriti/CE, Meruoca/CE, Milhã/CE, Miraima/CE, Mombaça/CE, Monsenhor Tabosa/CE, Morada Nova/CE, Moraújo/CE, Morrinhos/CE, Mucambo/CE, Mulungu/CE, Nova Olinda/CE, Nova Russas/CE, Novo Oriente/CE, Ocara/CE, Orós/CE, Pacajus/CE, Pacatuba/CE, Pacoti/CE, Pacujá/CE, Palhano/CE, Palmácia/CE, Paracuru/CE, Paraipaba/CE, Parambu/CE, Paramoti/CE, Pedra Branca/CE, Penaforte/CE, Pentecoste/CE, Pereiro/CE, Pindoretama/CE, Piquet Carneiro/CE, Pires Ferreira/CE, Poranga/CE, Porteiras/CE, Potengi/CE, Potiretama/CE, Quiterianópolis/CE, Quixadá/CE, Quixelô/CE, Quixerambim/CE, Quixerê/CE, Redenção/CE, Reriutaba/CE, Russas/CE, Saboeiro/CE, Salitre/CE, Santa Quitéria/CE, Santana do Acaraú/CE, Santana do Cariri/CE, São Benedito/CE, São Gonçalo do**

Amarante/CE, São João do Jaguaribe/CE, São Luís do Curu/CE, Senador Pompeu/CE, Senador Sá/CE, Sobral/CE, Solonópole/CE, Tabuleiro do Norte/CE, Tamboril/CE, Tarrafas/CE, Tauá/CE, Tejuçuoca/CE, Tianguá/CE, Trairi/CE, Tururu/CE, Ubajara/CE, Umari/CE, Umirim/CE, Uruburetama/CE, Uruoca/CE, Varjota/CE, Várzea Alegre/CE e Viçosa do Ceará/CE.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Resta estabelecido os salários normativos descritos abaixo, conforme as respectivas funções, com vigência a partir de **1º de abril de 2022**, para todos os integrantes das categorias profissionais do **SINTEPAV-CE** :

MÃO DE OBRA	SALÁRIO HORA	SAL MÊS
AJUDANTE	R\$ 7,08	R\$ 1.558,41
ALMOXAFE	R\$ 18,70	R\$ 4.114,79
APONTADOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
ARMADOR/CARPINTEIRO	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE ALMOXARIFADO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE ESCRITORIO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE MONTAGEM	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE PESSOAL	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE PLANEJAMENTO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	R\$ 7,63	R\$ 1.678,85
AUXILIAR DE MECANICA	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 7,08	R\$ 1.558,41
ELETRICISTA	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
ELETRICISTA FORÇA E CONTROLE	R\$ 11,87	R\$ 2.610,46
ELETRICISTA MONTADOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
ENCANADOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
ENCAR.CIVIL	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
ENCAR. DE ELETRICA	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
ENCAR. MANUTENÇÃO MECANIDA	R\$ 27,16	R\$ 5.975,54
ENCAR. MONTAGEM	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
LABORATORISTA	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
LUBRIFICADOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
MECANICO DE EQUIP. PESADOS	R\$ 16,90	R\$ 3.719,04
MECANICO MONTADOR	R\$ 12,83	R\$ 2.821,85
MESTRE CIVIL	R\$ 13,41	R\$ 2.949,67
MESTRE DE ELETRICA	R\$ 13,41	R\$ 2.949,67
MESTRE DE MONTAGEM	R\$ 13,41	R\$ 2.949,67
MONTADOR DE ESTRUTURA	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
MOTORISTA CARRO MEDIO	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
MOTORISTA CARRO PESADO	R\$ 13,87	R\$ 3.050,45
MOTORISTA DE AMBULANCIA	R\$ 13,49	R\$ 2.966,88
MOTORISTA DE CAMINHÃO COMBOIO	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
MOTORISTA OPERADOR CAMINHÃO MUNCK	R\$ 13,87	R\$ 3.050,45
OPERADOR DE CARREGADEIRA	R\$ 13,87	R\$ 3.050,45
OPERADOR DE EQUIP LEVE	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99



OPERADOR DE ESCAVADEIRA	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO I	R\$ 13,87	R\$ 3.050,45
OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO II	R\$ 15,53	R\$ 3.416,70
OPERADOR DE MOTOR SERRA	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
PEDREIRO	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
PINTOR	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
SERVEnte	R\$ 7,08	R\$ 1.558,41
SINALEIRO	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
SOLDADOR ( CHAPARIA )	R\$ 10,66	R\$ 2.344,99
VIGIA	R\$ 7,66	R\$ 1.686,23
ZELADOR	R\$ 7,08	R\$ 1.558,41

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica pactuado que, o piso mínimo da categoria não pode ser inferior ao piso estabelecido para o **AJUDANTE**, conforme *caput* desta cláusula.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os demais empregados que não foram contemplados com o piso salarial ajustado na cláusula anterior, **que percebem salário base até R\$ 7.250,00 (Sete mil duzentos e conquenta reais) mensais**, terão os salários reajustados em **11,73% (onze vírgula setenta e três por cento) sobre o salário vigente em 31.03.2022**.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL NOTURNO

### CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO DA HORA NORMAL NOTURNA

A remuneração do trabalho realizado no horário compreendido entre 22:00 horas de um dia e 05:00 horas do dia imediatamente posterior terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal diurna.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No percentual acima já está incluído o acréscimo previsto no artigo 73 da C.L.T., bem como a equivalência da hora de 52 minutos e 30 segundos e a de 60 minutos conforme previsto no Parágrafo 1º do mesmo artigo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**- Para o cálculo do valor do adicional noturno deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$VAN = (VHN \times 0,20) \times N$ , onde:

VAN = Valor do Adicional Noturno VHN = Valor da Hora Normal

N = Número de Horas Noturnas Trabalhadas.

O valor encontrado deverá ser adicionado na remuneração mensal do Empregado.

## ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

### CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O Consórcio pagará adicional de periculosidade equivalente a 30% (trinta por cento) para todos os seus empregados se, e somente se, for devidamente comprovado, mediante laudo técnico elaborado por profissional competente para o referido *munus*, a existência de agente perigoso no local de trabalho.

## PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

### CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Os empregados do Consórcio abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, e suas subcontratadas, farão jus ao pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, que será apurada na forma, condições e prazos estabelecidos nesta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O período de aferição das condições para habilitação do empregado ao recebimento da PLR serão os seguintes:

a) a frequência do empregado no período de **01/01/2022 a 30/06/2022** servirá como critério de cálculo da PLR que será pago no 5º dia útil do mês de novembro de 2022.

b) a frequência do empregado no período de **01/07/2022 a 31/12/2022** servirá como critério de cálculo da PLR que será pago no 5º dia útil do mês de fevereiro de 2023.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O valor máximo para pagamento da PLR, no primeiro período de aferição (**01/01/2022 a 30/06/2022**) será equivalente a **50% (cinquenta por cento)** do salário base do empregado que atinja 100% (cem por cento) de frequência no período e no segundo período de aferição (**01/07/2022 a 31/12/2022**), de acordo com a proporcionalidade e percentuais abaixo estabelecidos. O empregado com faltas não justificadas no período de aferição receberá a PLR de obedecendo a proporcionalidade e percentuais abaixo estabelecidos:

a) Sem faltas

Mês Completo	Percentual para o 1º período
06	50,00%
05	45,00%
04	40,00%
03	35,00%
02	30,00%
01	25,00%

b) Com faltas injustificadas

Mês Completo	Limite de Ausência	Percentual para o 1º período
06	06	40,00%
05	05	35,00%
04	04	30,00%
03	03	25,00%
02	02	20,00%
01	01	15,00%

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para fins do parágrafo anterior, considera-se mês completo aquele em que o empregado tenha laborado pelo menos 15 (quinze) dias, nos termos do art. 146 da CLT. As faltas justificadas, nos termos da CLT e Constituição Federal de 1988 são consideradas abonadas e não interferem no cálculo da PLR. Os empregados afastados por acidente de trabalho, doenças do trabalho, auxílio doença, licença maternidade, devidamente comprovadas, e os trabalhadores em gozo de férias terão suas ausências consideradas abonadas para fins de apuração da PLR.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A ocorrência de greve ou paralisação considerada ilegal pela justiça, com trânsito em julgado, implicará na perda da PLR para todos os empregados.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O empregado demitido por justa causa devidamente comprovada perderá o direito ao recebimento da PLR. O empregado desligado por iniciativa própria receberá a PLR proporcional ao tempo laborado, na forma da tabela constante do parágrafo segundo.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Após o efetivo pagamento ou não, ***nas datas estabelecidas no parágrafo***

***primeiro alíneas “a” e “b”***, o Consórcio deverá encaminhar ao **SINTEPAV-CE**, ***no prazo máximo de 5 (cinco) dias, independente de notificação***, a relação de todos os empregados, ativos

e desligados, contendo data de admissão, demissão, salário e discriminação dos valores devidos e pagos a título de PLR.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A PLR deverá ser paga nas datas ajustadas no parágrafo primeiro, devendo ficar destacado nos recibos salariais, especificamente, o pagamento referente à PLR.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Havendo demissão do empregado, sem justa causa, o Consórcio pagará a PLR, na forma desta cláusula, no Termo de Rescisão, sob a rubrica de antecipação de PLR.

**PARÁGRAFO NONO** - A PLR é desvinculada da remuneração, sendo que os valores auferidos pelos empregados não caracterizam habitualidade e nem se incorporam aos salários para quaisquer efeitos, não constituindo, portanto, base para a incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários, não substituindo ou complementando a remuneração devida aos empregados

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O descumprimento desta cláusula, ***inclusive do parágrafo sexto e sétimo***, sujeitarão o Consórcio ao pagamento de multa no valor de um piso mínimo de ajudante geral/servente da categoria por cada trabalhador prejudicado pelo não recebimento da PLR, que será revertida em favor do **SINTEPAV-CE**. Caso o trabalhador pleiteie de forma individual o pagamento da PLR, em ação própria, fará jus ele também a multa de um piso mínimo de ajudante geral/servente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – No caso do não pagamento de PLR aos empregados abrangidos pelo presente acordo, poderá o **SINTEPAV-CE** realizar a cobrança judicial como substituto processual em ação coletiva ou individual.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA OITAVA - ALIMENTAÇÃO**

O Consórcio concederá almoço, jantar ou vale-refeição, assim como café da manhã, para todos os empregados, ficando autorizado o desconto do valor máximo de R\$ 1,00 (um real) do salário, para a cobertura de todas as refeições, em atendimento às normas do Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, podendo se beneficiar do incentivo fiscal previsto na Lei nº 6.321/76, ressalvadas as condições mais benéficas aos trabalhadores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio fornecerá, sem ônus, para todos os empregados lotados nos canteiros de obras, inclusive nos canteiros centrais, escritórios dos canteiros de obras e frentes de trabalho e serviço de montagem e manutenção, o café da manhã no início da jornada de trabalho, composto de 02 (dois) pães de 50 (cinquenta) gramas com margarina ou manteiga e 01 (um) copo de 200 (duzentos) mililitros de café com leite.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na impossibilidade absoluta de fornecimento de jantar aos empregados provenientes de outro Estado da Federação, o Consórcio fornecerá **ajuda de custo no valor de R\$ 18,40 (dezoito reais e quarenta centavos) por dia, que deverá ser creditado mensalmente em cartão** alimentação contratado através de empresa autorizada, na forma da legislação de regência do PAT, sendo vedada sua utilização pelos empregados para aquisição de produtos não alimentícios e/ou bebidas alcoólicas. É proibida, ainda, a concessão do benefício em dinheiro, de forma que o benefício não terá, em nenhuma hipótese, natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos trabalhistas, previdenciários ou tributários.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Havendo necessidade de trabalho extraordinário com duração superior a 02 (duas) horas, o Consórcio fornecerá gratuitamente um lanche igual ao café da manhã, conforme discriminado no parágrafo primeiro. Excepcionalmente, se a jornada extraordinária vier a exceder cinco horas será servido jantar, ao invés do lanche.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando houver necessidade de trabalho aos sábados, domingos ou feriados, com jornada extraordinária superior a cinco horas, o Consórcio fornecerá almoço subsidiado na forma prevista no caput desta cláusula, devendo ser servido no horário habitual.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Consórcio quando executar serviços de turno à noite, concederá jantar aos seus Empregados, subsidiados conforme caput, que deverá ser servido na metade da jornada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Fica estabelecido que o valor relativo ao fornecimento de alimentação de que trata esta cláusula, não será incorporado ao salário para nenhum efeito, mesmo que o fornecimento seja gratuito.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O Consórcio manterá instalações adequadas para as refeições de seus empregados, devendo zelar pela manutenção da sua limpeza e higiene.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O Consórcio concederá intervalo de 1h (uma horal) aos funcionarios para que os mesmos possam realizar a ser suas refeições.

## **CLÁUSULA NONA - CESTA BÁSICA**

Aos empregados, abrangidos pelo presente acordo, que tenham trabalhado por período igual ou superior a 15 (quinze) dias no mês, e que percebam salário mensal de até **R\$ 6.822,00 (Seis mil, oitocentos e vinte e dois reais)** será garantido o recebimento de auxílio alimentação mensal no **valor de R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais)**, , não sendo considerado, sob nenhuma hipótese, como salário “*in natura*”, nos termos do que determina a legislação que rege o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O auxílio-alimentação deverá ser contratado através de empresa autorizada, na forma da legislação de regência do PAT, sendo vedada sua utilização pelos empregados para aquisição de produtos não alimentícios e/ou bebidas alcoólicas. É proibida, ainda, a concessão do benefício em dinheiro, de forma que o benefício não terá, em nenhuma hipótese, natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos trabalhistas, previdenciários ou tributários.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica permitido o desconto em folha de pagamento, como parcela de participação dos empregados, da importância de R\$ 0,01 (um centavo de real), para efeito de percepção do benefício previsto nesta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O benefício será devido também aos empregados afastados pela previdência social, com recebimento de benefício previdenciário de auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, ***inclusive nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento de responsabilidade do empregador*** e durante os períodos de férias, cessando, no entanto, quando do encerramento da obra.

## **AUXÍLIO MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - LICENÇA MATERNIDADE / ESTABILIDADE DA GESTANTE**

As trabalhadoras da categoria farão jus a uma estabilidade no emprego até 06 (seis) meses após o parto, conforme previsto na Lei nº 11.770 de 09/09/2008.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio se compromete a remanejar as mulheres grávidas para funções e setores compatíveis com a sua condição, a partir da correspondente recomendação médica, *sendo assegurada a irredutibilidade de salário e benefícios.*

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A partir do sétimo mês de gestação, a trabalhadora da categoria terá sua jornada diminuída em trinta minutos, para que possa promover a sua higiene pessoal. Quando houver razões de ordem médica, documentalmente comprovadas, que justifiquem a necessidade de redução da jornada em trinta minutos para as trabalhadoras antes do sétimo mês de gestação, o Consórcio não fará oposição a esta redução.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A referida licença será paga integralmente pelo Consórcio com a compensação dos meses garantidos pela legislação e complementação daqueles em fase de regulamentação.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEG. DE VIDA EM GRUPO**

O Consórcio contratará, em favor de seus empregados, seguro de vida e acidentes pessoais em grupo observadas as seguintes condições mínimas:

- a) cobertura para morte natural não inferior ao equivalente a 10 (dez) vezes o salário do trabalhador.
- b) cobertura para morte ou invalidez por acidente não inferior ao equivalente a 10 (dez) vezes o salário base do trabalhador.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A apólice de seguro prevista nesta Cláusula será subsidiada pelo Consórcio na forma determinada pela Lei nº 8.213/91.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ficam o Consórcio obrigado a disponibilizar ao empregado, quando solicitado, cópia do formulário de adesão ao seguro contratado, e a afixar no quadro geral de avisos ou outro local de visibilidade a apólice do referido seguro de vida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Todo e qualquer evento “morte” que não ocorra em virtude ou decorrência de acidente de trabalho, será classificada como “morte natural”.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO**

O Consórcio assinará a CTPS dos seus empregados a partir do dia da admissão, assim como registrarão a função para a qual o empregado foi contratado, devendo ser devolvida ao trabalhador no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio entregará aos seus empregados, mediante comprovante, cópias de contrato individual de trabalho, recibos, inclusive de rescisão contratual, e os acordos para compensação e prorrogação de horário de trabalho, quando for o caso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A data de admissão do empregado será registrada como aquela correspondente a até 05 (cinco) dias úteis após a data que consta no Atestado de Saúde Ocupacional Admissional - ASO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso constatado o descumprimento desta cláusula, a empresa responsável arcará com multa no importe de um piso correspondente à categoria do trabalhador prejudicado, reversível ao obreiro, por cada ocorrência.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O Consórcio está obrigado a fornecer aos seus empregados 2ª via do ASO para o trabalhador, assegurando que as empresas conveniadas para a elaboração do ASO, sejam obrigadas a fornecer ao trabalhador segunda via do ASO, a qualquer tempo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Consórcio acordante se compromete a priorizar a contratação de mão-de-obra direta de funcionários do Estado do Ceará, à razão mínima de 70% (setenta por cento) das admissões ocorridas após a assinatura do presente acordo coletivo, no intuito de estimular a mão de obra local.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Fica vedada a contratação de trabalho intermitente, ou seja, por período.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O Contrato de Experiência a ser firmado entre o Consórcio e seus empregados terá prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O caput de tal cláusula se aplica apenas para as admissões após a assinatura do presente acordo.

## **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO CONTRATUAL**

O Consórcio encaminhará mensalmente aos Sindicatos a relação dos empregados demitidos, próprios e de subempreiteiras, acompanhada de cópia dos respectivos termos rescisão de contrato de trabalho.

No caso de dúvida, o Sindicato notificará a Empresa e o subempreiteiro empregador para sanar eventuais irregularidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AV. PRÉVIO NDEIZADO**

Fica assegurado a todos os empregados da categoria despedido sem justa causa o pagamento do aviso.

## **MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

O Consórcio se obriga a fornecer por escrito ao SINTEPAV-CE a relação com o nome, endereço e CNPJ das subcontratadas, no prazo de 3 (três) dias úteis após a contratação das referidas EMPRESAS.

**PARÁGRAO PRIMEIRO** – O Consórcio exigirá de suas subcontratadas o cumprimento das obrigações trabalhistas para com os seus respectivos trabalhadores, inclusive deste Acordo Coletivo de Trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O descumprimento ou inobservância das normas previstas no presente ACT pelas EMPRESAS contratadas e subcontratadas, gera a responsabilidade solidária da empresa contratante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Verificando irregularidades quando ao pagamento de verbas rescisórias, recolhimento de FGTS, INSS, Contribuição Sindical e demais encargos e obrigações decorrentes do contrato de trabalho, a contratada principal ficará solidariamente responsável pelo pagamento das verbas devidas, podendo, a seu critério, reter o repasse de verbas até a comprovação da regularidade da subcontratada.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As EMPRESAS contratadas e subcontratadas, que prestem serviços nas obras abrangidas por este Acordo Coletivo ficam obrigados a cumpri-lo em todas as suas cláusulas, independentemente de serem ou não empresas vinculados diretamente pela categoria, mesmo que não tenham assinado ou dele tomado conhecimento, ressaltando que as empresas contratantes, deverão formalizar junto as contratadas e as subcontratada o conhecimento dessa normas que poderão ser feitos mediante assinatura de acordo específico ou termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTA POR DISPENSA NO TRINTÍDIO QUE ANTECEDE A DATA- BASE**

Em face da projeção de 30 (trinta) dias ao tempo de serviço do trabalhador, quando da concessão de aviso prévio de forma indenizada, obrigam-se o Consórcio a pagar aos trabalhadores despedidos, sem justa causa, no mês de fevereiro uma multa equivalente ao respectivo salário base do empregado, conforme disposto na Lei nº 7.238/84.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Aos empregados despedidos imotivadamente no curso do mês de março/22 em face da projeção do aviso prévio concedido de forma indenizada ao tempo de serviço, será assegurado o recebimento das diferenças incidentes sobre todas as verbas pagas após a data base, inclusive sobre as parcelas rescisórias, por força dos respectivos reajustes concedidos pelo presente ACT.

### **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROMOÇÃO**

Após desenvolver, durante 90 (noventa) dias consecutivos, atividade diferente daquela para a qual foi contratado, em função hierarquicamente superior, o empregado será efetivado na nova função, exceto quando se tratar de substituição temporária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Consórcio dará preferência para preenchimento de vagas de operários qualificados usando os ajudantes de oficinas, do seu quadro de empregados, que comprovem sua qualificação e habilitação através de cursos ministrados por entidades legalmente reconhecidas para esse fim.

### **ASSÉDIO MORAL**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROTEÇÃO CONTRA AS PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL**

Constitui dever do Consórcio, o custeio e implementação de programa de prevenção, proteção, informação, formação, segurança contra as práticas de assédio moral.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese do trabalhador ou testemunha do assédio moral ser demitido, será anulada a demissão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O agressor deverá retratar-se por escrito, retirando as queixas contra o/os trabalhador/es.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O custeio do tratamento do/s funcionário/s que adoeceram/foram vítimas de acidente em função de assédio moral, até obtenção da alta, será responsabilidade da empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Fica assegurada a indenização da vítima por danos a sua dignidade, integridade e agravos à saúde física/mental, sendo assegurado à vítima, solicitar a rescisão do seu contrato de trabalho, sem justa causa, e com aviso prévio indenizado. A empregadora e a empresa contratante respondem solidariamente pela indenização devida à vítima.

**PARÁGRAFO QUINTO – Os problemas de saúde em consequência do assédio moral configuram doença do trabalho, exigindo da empresa a notificação/comunicação do acidente de trabalho-CAT e posterior reconhecimento do INSS. Essa ação deverá ser precedida de laudo de psicólogo ou médico, em que reconheçam os danos psíquicos e agravos à saúde como oriundos das condições e relações de trabalho, devendo ser entregue uma via das documentações ao trabalhador.**

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE NO EMPREGO**

Fica assegurada a estabilidade provisória no emprego nas hipóteses e condições seguintes:

a) ao empregado com afastamento por prazo superior a 15 dias e recebimento de auxílio-doença acidentário pelo INSS, a contar da data da alta médica, terá direito à estabilidade por 12 (doze) meses,

b) ao empregado em vias de aposentadoria, nos 12 (doze) meses anteriores à implementação das condições para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, desde que tenha 03 (três) anos de trabalho contínuo ou 05 (cinco) anos de trabalho descontínuo na mesma empresa e na mesma base territorial do **SINTEPAV-CE**, quando solicitada por escrito pelo empregado, que deverá comprovar as condições acima;

c) ao dirigente sindical eleito para cargo conforme determina a lei vigente (CLT, art. 542, § 3º), cujos membros eleitos constam da ata de posse vigente, em número máximo de 07(sete), conforme dispõe o art. 522, da CLT.

-

d) ao empregado que retorne das férias, terá estabilidade até 30 (trinta) dias após o retorno das férias.

e) ao empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA), desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE DE PESSOAL**

Na hipótese de fornecimento de transporte ao invés da concessão do Vale Transporte, O Consórcio fornecerá transporte aos seus empregados, devendo utilizar ônibus ou qualquer outro tipo de veículo fechado nos quais os trabalhadores viajarão sentados em bancos, ficando expressamente proibido o transporte em carrocerias e caminhões, caçamba e similares, mesmo quando tais carrocerias sejam de algum modo fechadas, em rodovias federal, estadual, municipal e vias urbanas, conforme art. 108 do Código Brasileiro de Trânsito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica estabelecido que o valor relativo ao fornecimento de transporte que trata esta cláusula não será incorporado ao salário para nenhum efeito, não tendo este benefício de natureza salarial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os atrasos decorrentes de problemas com veículo fornecido pelo Consórcio não serão descontados do salário do trabalhador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – o Consórcio poderá oferecer transporte em veículo de sua propriedade ou por ela contratado para transportar seus empregados entre a residência, o canteiro de obras e vice-versa, hipótese que não será devido o vale transporte.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ALOJAMENTOS**

O Consórcio manterá ventiladores e tanques para lavagem de roupa nas dependências dos alojamentos destinados aos empregados, de forma adequada à quantidade de pessoas por dormitório.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DA JORNADA**

A jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas poderá ser cumprida de Segunda-feira a Sexta-feira, mediante a compensação das horas normais de trabalho do Sábado, obedecendo-se às seguintes condições:

- 1) 01 (um) dia de 08 (oito) horas de trabalho; e,
- 2) 04 (quatro) dias de 09 (nove) horas de trabalho.

**PARAGRAFO ÚNICO-** Ficará a critério do Consórcio a fixação dos dias da semana de 09 (nove) horas e 08 (oito) horas mencionadas na presente cláusula, recomendando-se, no entanto, a seguinte jornada:

- a) De Segunda-feira a Quinta-feira, 09 (nove) horas;
- b) Sexta-feira, 08 (oito) horas

## **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HORAS EXTRAS**

O Consórcio e suas subcontratadas remunerarão as horas extras realizada por seus empregados da seguinte forma:

- as horas extras de segunda á sexta: adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho;
- as horas extras aos sábados: adicional de 100% ( Cem por cento ) sobre o valor da hora normal de trabalho;
- as horas extras realizadas em Domingos e Feriados, não compensados: adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

Parágrafo Único - Para efeito de pagamento de férias, 13º salário, repouso remunerado, aviso prévio e depósito do FGTS, integrarão aos salários dos empregados os valores correspondentes à média das horas extraordinárias atualizadas à data de pagamento assim como todos os demais adicionais determinados por Lei.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS**

O Consórcio não fará descontos nos salários dos empregados que deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos comprobatórios nas seguintes situações:

- a) nas hipóteses previstas em Lei, principalmente nas previstas no artigo 473 da CLT;
- b) até 01 (um) dia para receber o PIS, quando não houver convênio para o seu recebimento no local de trabalho;

- c) até 01(um) dia, ocorrendo falecimento de sogro ou sogra;
- d) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;
- e) até 01(um) dia, para acompanhar filho, cônjuge ou companheiro(a), em caso de internamento hospitalar, mediante apresentação de atestado de acompanhamento médico;
- f) até 3 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento;
- g) por 6 (seis) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;
- h) até 05 (cinco) dias consecutivos ou alternados nos casos de adoção de crianças com até um ano de idade;
- i) pelo tempo necessário a realização de provas do Concurso Vestibular e do ENEM, desde que pré-avisada a Empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- j) Pelo tempo necessário para realização de exames pré-natais à funcionaria gestante, desde que pré-avisada a Empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não serão deduzidas no salário do empregado, as horas de saída antecipada dos trabalhadores, desde que autorizadas pela empresa, podendo os trabalhadores compensá-las em outro dia da semana.

## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADOS ESTUDANTES**

O Consórcio concederá, nos dias de prova, inclusive vestibulares, abono remunerado de falta aos empregados estudantes que, comprovadamente frequentarem as escolas oficiais reconhecidas, bem como cursos profissionalizantes oficiais, ou concorrerem a exames vestibulares. Os dias abonados não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias por ano e o empregado estudante, para fazer jus à liberação aqui prevista, deverá avisar à Empresa por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os trabalhadores que comprovarem matrícula em curso de pós-graduação *lato e stricto sensu* serão liberados nas condições previstas no caput.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Consórcio buscará convênio visando à formação educacional dos seus empregados, através de telecursos e outras instituições.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TERÇA FEIRA DE CARNAVAL**

Fica estabelecido que na terça-feira de carnaval e será feriado para todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIA DO TRABALHADOR**

Fica estabelecido que a última sexta-feira do mês de novembro será feriado para todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo, em decorrência da criação do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora de Montagem e Manutenção Industrial pela Lei Estadual nº 16.151/2016.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIAS DE CHUVA E FORÇA MAIOR**

Fica garantido o pagamento do dia, como se trabalhado fosse, aos empregados que tendo comparecido ao local de trabalho, fiquem impossibilitados de exercer a sua função por força maior ou em decorrência de chuvas

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DIAS DE FOLGA**

Fica estabelecido folga nos dias 24/12/2022 e dia 31/12/2022 para todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FOLGA DE CAMPO / LICENÇA FAMILIAR**

Para os empregados alojados, seja qual for a forma de alojamento concedido pela empresa, a cada 90 (noventa) dias de trabalho corridos, será concedida folga para visita à família, com custo de transporte suportado pela empresa, compreendendo as distâncias entre o local de trabalho e o endereço de residência fornecido pelo empregado no ato da contratação, não se aplicando aos empregados contratados no local de trabalho, observados a seguinte forma:

? De 220km a 500km: 01(um) dia útil de folga, sem prejuízo do DSR;

? De 501km a 700km: 02 (dois) dias úteis de folga, sem prejuízo do DSR;

? De 700km a 1.000Km: 03 (três) dias úteis de folga, sem prejuízo do DSR;

? Acima de 1.000Km: 05 (cinco) dias úteis de folga sem prejuízo do DSR e as empresas deverão conceder passagens aéreas.

Parágrafo 1º- A folga para visita familiar será concedida sempre a partir de segunda feira ou de sexta feira para permitir o prolongamento do final de semana.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TROCA DO DIA DE FERIADO**

Quando da ocorrência de feriados em terças-feiras e quintas-feiras as empresas poderão transferi-los para as segundas-feiras e sextas-feiras, respectivamente, compensando as horas correspondentes aos dias alterados, desde que haja concordância da maioria dos trabalhadores, por local de trabalho.

Parágrafo 1º - Esta compensação poderá ser feita, também, no próprio dia de feriado, de forma que os trabalhadores tenham o "fim de semana prolongado", e nesses casos as horas trabalhadas a título de compensação serão remuneradas como horas normais.

Parágrafo 2º - Para aplicação dos dispostos nesta Cláusula, as empresas se comprometem a divulgar a compensação de forma que todos os trabalhadores tomem conhecimento da mesma com a devida antecedência.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LOCAL DE LAZER E HIGIENE**

O Consórcio manterá na respectiva obra, tendas e bancos de madeira, para descanso dos empregados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As EMPRESAS procederão à sucção nos banheiros químicos, uma vez durante o dia, e farão limpezas diárias nos referidos banheiros.

### **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA**

O Consórcio colocará à disposição de seus trabalhadores todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI/EPC) para uso na execução de suas atividades, conforme determina a NR-6 da Portaria 3.214 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio deverá orientar todos os seus trabalhadores, através de seminários, cursos ou palestras, sobre as normas de segurança e a forma adequada de utilização dos EPI e EPC.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Consórcio fornecerá uniforme na forma da NR-18 para todos os trabalhadores da área operacional. Para os demais, este fornecimento ficará sujeito à opção dos empregados e às normas internas de cada empresa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando da admissão do empregado, serão dadas instruções e orientações preventivas no que concerne ao uso correto dos equipamentos de proteção individual, bem como às demais medidas de proteção individual e coletiva relativas à sua saúde e integridade física. O Consórcio deverá fornecer aos trabalhadores, conhecimento dos programas de prevenção, natureza e riscos das substâncias, e processos do seu setor e dos demais por onde transitar, propiciando ainda, capacitação de fuga de

emergência, ficando pactuado que o treinamento não se limitará ao período mencionado, prevendo-se reciclagens periódicas.

## **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CIPA**

O Consórcio fica obrigado a organizar e manter em funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, na forma estabelecida pela NR 5 e NR 18 e conforme esta Convenção.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio deverá informar e enviar cópia do Edital do processo eleitoral da CIPA, até 48 (quarenta e oito) horas antes sua publicação, ao **SINTEPAV-CE**, como também, enviar as cópias das atas de eleições, posse, instalações, calendário de reuniões e cópias de todas as atas de reunião, no prazo de 05 (cinco) dias após a instalação e posse da CIPA, independente de solicitação expressa da entidade sindical laboral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A INOBSERVÂNCIA desta cláusula sujeitará a empresa ao pagamento de multa diária de 50% do piso mínimo da categoria, até o efetivo cumprimento fornecimento dos documentos.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS**

O Consórcio acatará os atestados médicos e odontológicos apresentados pelos empregados, desde que fornecidos por profissionais credenciados no Sistema Único de Saúde (SUS), Clínica Conveniada pela Empresa ou Clínica Particular e SESI, bem como atestados fornecidos por médicos e odontólogos do **SINTEPAV-CE**. Em todos os casos, na hipótese da empresa contar com serviço médico próprio, o empregado poderá ser avaliado pelos médicos da empresa, caso seja de seu interesse, para que o atestado possa ser validado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O empregado que apresentar atestado médico de acordo com o caput desta Cláusula fará jus ao recebimento do salário correspondente ao (s) dia (s) respectivos (s) dentro da folha de pagamento do mesmo mês, desde que o atestado seja entregue até o dia 20(vinte) do mês de referência. Os valores relativos aos atestados apresentados após dia 20(vinte) do mês serão pagos juntamente com os salários correspondentes ao mês subsequente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os atestados deverão ser apresentados ao Departamento de Recursos Humanos da empresa ou ao gestor imediato em até 48 (quarenta e oito) horas do afastamento, se superior a 30 (trinta) dias. Se o afastamento for inferior a 30 (trinta) dias, o atestado poderá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após o fim do afastamento e retorno ao trabalho.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Os prazos definidos no parágrafo segundo desta cláusula não eximem o empregado da obrigação de avisar ao Departamento de Recursos Humanos da empresa ou ao gestor imediato sobre o afastamento desde o primeiro dia.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AMBULATÓRIO MÉDICO/ENFERMARIA**

O Consórcio manterá disponível, em seus canteiros de obras e frentes de serviços com mais de 50 (cinquenta) empregados, de ambulatório médico com auxiliar ou técnico de enfermagem para os atendimentos de primeiros socorros. Nas obras com menos de 50 (cinquenta) trabalhadores, poderão celebrar convênios com SENAI ou outros órgãos, objetivando qualificação do empregado para atender o trabalhador eventualmente acidentado, colocando à disposição kits de primeiros socorros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na obra deverá ser disponibilizada uma ambulância para traslado de possíveis acidentados.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

O Consórcio se obriga a desenvolver e manter atitudes prevencionistas através da conscientização de todos os seus empregados. Para tanto deverão instituir Diálogos Diários de Segurança (DDS), programas de capacitação e qualificação específica, informando ao **SINTEPAV-CE** os seus programas considerando o perfil da obra.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Consórcio fica obrigado a elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho e a instruir os trabalhadores para execução das tarefas e precauções cientificando-se dos riscos próprios do local de trabalho, atendendo ao disposto no art. 157, II, da CLT c/c item 1.1 da NR-1 e item 9.5.2 da NR-9, Portaria do MTE - nº 3214/78.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Consórcio fica obrigado a observar e cumprir as normas de prevenção de acidentes de trabalho previstas na NR-12, atinentes a instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, em especial, aquelas referentes à segurança para dispositivos de acionamento, partida e parada de máquinas e equipamentos, previstos no item 12.2 da NR-12, Portaria MTE nº 3.214/78.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho os trabalhadores poderão interromper suas atividades, sem prejuízo de qualquer direito, até a eliminação total dos riscos.

**PARÁGRAFO QUARTO** – o Consórcio manterá sala /auditório específico para a realização de capacitação / qualificação e esta deverá estar provida de equipamentos de áudio, vídeo e assentos confortáveis e não deverá ficar próxima a locais que haja qualquer tipo de poluição.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O consórcio deverá promover programa para capacitação dos trabalhadores à realização de trabalho em altura, na forma prevista na **NR-35, alterada pela Portaria MTE 593/2014**, que dispõe dos requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EVENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

O Consórcio liberará anualmente até 50 (cinquenta) trabalhadores, por um dia, por solicitação escrita do **SINTEPAV-CE**, para participarem de eventos de saúde e segurança do trabalho visando à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais do trabalho promovido pelo **SINTEPAV-CE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Consórcio ficará responsável pelo transporte dos trabalhadores para o local do evento, bem como, o seu retorno. Fica estabelecido a distância máxima de 60km (sessenta quilômetros), entre o local da obra e o local do evento.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

O Consórcio deverá constituir Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme exigência II da NR-4. Também ficam obrigadas a elaborar e implementar os programas de segurança e medicina do trabalho como: PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Operacional, PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT por função e Mapa de Risco conforme estabelecido nas Normas Regulamentadoras.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O **SINTEPAV-CE** terão acesso aos canteiros de obras para verificação do desenvolvimento dos programas, desde que previamente comunicado às EMPRESAS a data e as condições para essa visita.

## **OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO**

No caso de acidente de trabalho em que o acidentado necessitar de atendimento médico-hospitalar não disponível no local de trabalho, a empresa deverá providenciar a sua imediata remoção para o local de

atendimento arcando com as despesas de transportes, atendimento e medicamentos. Neste caso, a empresa devesse avisar aos familiares do trabalhador sobre o acidente ocorrido e o local para onde mesmo foi

deslocado, encaminhando a CAT ao Sindicato Laboral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o acidente.

Parágrafo 1º - Nos casos de necessidade de socorro urgente, as empresas recolherão os instrumentos de trabalho do acidentado, providenciando a sua guarda e por eles se responsabilizando até a sua devolução ao mesmo.

Parágrafo 2º - No caso de acidente de trabalho, previsto no parágrafo anterior, a empresa deverá acompanhar o atendimento do acidentado, até que o mesmo não corra nenhum risco de vida.

Parágrafo 3º - A responsabilidade da Empresa, não se aplica aos casos de acidentes considerados “de trajeto” exceto se o mesmo ocorrer em veículo que esteja a serviço da empresa, resguardada a responsabilidade

prevista em Lei.

Parágrafo 4º - As empresas manterão no seu quadro de pessoal em readaptação em outro setor ou em outra função, compatível com a condição profissional e de saúde, aqueles empregados para os quais a avaliação

médica indicar. E enviará para o SINTEPAV-CE a relação dos trabalhadores reabilitados mensalmente.

Parágrafo 5º - Se o trabalhador vier a sofrer prejuízo pelo não recebimento do benefício previdenciário em razão de a empresa não lhe ter fornecido, dentro do prazo legal, por negligência devidamente comprovada,

a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, deverá esta lhe ressarcir do prejuízo sofrido, salvo se o órgão previdenciário proceder, em tempo hábil, ao devido pagamento do benefício.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Fica o Consórcio obrigado a descontar em folha de pagamento Contribuição assistencial de seus empregados sindicalizados ao Sindicato, ou daqueles que, mesmo não sendo sindicalizado e que tenham autorizado previamente, através de termo de autorização.

**Parágrafo Primeiro** - Dos empregados não sócios, que autorizarem previamente o desconto, mediante termo assinado, será descontado da folha de pagamento o percentual de **1,5% (um vírgula cinco por cento)** sobre a sua remuneração base limitado de **R\$ 2.950,10 (dois mil novecentos e cinquenta reais e dez centavos)** mensais.

**Parágrafo Segundo** - Dos associados ao SiINTEPAV/CE será descontado em folha de pagamento, o percentual de **1,5% (um vírgula cinco por cento)**, sobre a sua remuneração base limitado de **R\$ 2.950,10 (dois mil novecentos e cinquenta reais e dez centavos)** mensais.

**Parágrafo Terceiro** - Tal contribuição assistencial de manutenção será devida mensalmente e repassado ao SINTEPAV-CE, em guia própria fornecida pelo Sindicato, juntamente com a relação nominal dos contribuintes onde conste: Nome, Cargo, Remuneração e o valor da contribuição, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao que originou o desconto.

**Parágrafo Quarto** - O não recolhimento no prazo acima conforme o caso acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o total a ser recolhido;

**Parágrafo Quinto** - As contribuições a serem recolhidas pelo Consórcio deverão ser efetuadas através da rede bancária, cujo estabelecimento será indicado pelo SINTEPAV-CE, que fornecerá as guias de fichas de compensação para o recolhimento em qualquer agência bancária indicada pelo SINTEPAV-CE.

**Parágrafo Sexto** - Na hipótese da mudança do empregador, o empregado deverá informar pessoalmente ao SINTEPAV-CE através de envio de correspondência, com aviso de recebimento – AR para que o sindicato profissional comunique ao novo empregador.

**Parágrafo Sétimo** – O Consórcio deverá encaminhar ao SINTEPAV-CE, dentro do mês de recolhimento, uma relação contendo nome, função, valor do salário e respectivos valores relativos aos descontos da

mensalidade sindical, encaminhar ao SINTEPAV/CE.

-

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

O Consórcio remeterá ao respectivo **SINTEPAV-CE**, mensalmente, cópia do cadastro geral dos empregados admitidos e demitido no mês independente da solicitação do **SINTEPAV-CE**.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Este acordo é aplicável a todos os trabalhadores que integram a categoria profissional do Sindicato, ressalvando que o SINTEPAV/CE é o legítimo representante dos trabalhadores das respectivas categorias profissionais da Construção Pesada e de Montagem Industrial, Manutenção e Prestação de Serviços de Montagens nas áreas Industriais e Eletromecânicas em expansão de Usinas no Estado do Ceará, constituindo conduta antissindical a prática de incorreto enquadramento sindical de trabalhadores objetivando usurpar a representatividade sindical, com a conseqüente imposição das multas previstas no presente ACT, sem prejuízo dos danos apurados.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - NÃO ABRANGÊNCIA**

Não serão abrangidos pelas disposições constantes deste Acordo Coletivo de Trabalho os motoristas de ônibus e fretamento, vigilantes, trabalhadores do setor de alimentação coletiva, por pertencerem ao âmbito de representatividade de outras entidades sindicais, bem como os altos empregados, entendendo-se como tais os de alto escalão, diretores e gerentes com poderes de gestão.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**

Constatada a inobservância, por qualquer das Partes convenientes, das cláusulas do presente acordo coletivo, será aplicada ao inadimplente, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo da categoria, elevada para 100% (cem por cento) em caso de reincidência específica, importância esta que será revertida em benefício da Parte prejudicada, independente das penalidades para as quais já estiver prevista sanção específica em suas Cláusulas.

Esclarecendo que caso o pleito da multa seja feita em ação individual, a multa será revertida ao trabalhador prejudicado, e sendo pleiteada em ação coletiva a multa será revertida ao **SINTEPAV-CE**, incidente sobre cada trabalhador substituído.

**RAIMUNDO NONATO GOMES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND.DA CONSTR.DE ESTRADA, PA**

**MARCOS ANTONIO DE AQUINO  
ADMINISTRADOR  
CONSORCIO CONSTRUTOR SOLAR ALEX**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.